

País pode ganhar 20% da dívida

MOISÉS RABINOVICI
Correspondente

WASHINGTON — O Brasil pode cortar US\$ 15 bilhões de sua dívida aos bancos comerciais e US\$ 3,5 bilhões dos seus pagamentos de juros, se o Plano Brady, anunciado há uma semana, for implantado.

O Brasil pode conseguir um corte ainda maior do que 20% em sua dívida, como explicou, ontem, o subsecretário do Departamento do Tesouro, David Mulford: basta que o País se qualifique para o processo de redução da dívida, que requer de cada um dos contemplados a execução de um programa de ajustamento econômico, orientado pelo FMI e Banco Mundial, e negociações diretas com seu comitê de bancos credores.

O subsecretário Mulford foi extremamente cauteloso em revelar que o governo americano está trabalhando com a estimativa de que a dívida de 39 países pode ser reduzida em 20% — US\$ bilhões do total de US\$ 340 70 bilhões e US\$ 20 bilhões dos US\$ 102 bilhões do pagamento dos juros, num período de três anos. “No caso de alguns dos maiores países devedores, a porcentagem de redução pode ser maior”, acrescentou Mulford.

Ele depôs numa subcomissão de Finança, Comércio e Política Econômica da Câmara, à qual entregou a revisão geral da estratégia para a dívida externa encomendada pelo Congresso, há cerca de seis meses, e pelo presidente George Bush, em dezembro, logo depois de ser eleito. Ao final da audiência, abordado por um repórter brasileiro, ele admitiu que o Brasil está entre os países que poderiam reduzir sua dívida e o pagamento de juros em mais de 20%. Aproveitou para explicar que foi “mal entendido”, na segunda-feira, ao dizer que o Brasil não se be-



Reuter - 10/3/89

Brady: US\$ 18,5 bilhões

neficiaria imediatamente do programa de redução da dívida, porque, ao contrário do México e da Venezuela, já tinha um acordo recentemente concluído com os bancos comerciais.

O acordo brasileiro é citado no relatório que o subsecretário Mulford entregou ao Congresso como o mais recente exemplo de negociação de redução de dívida: “Este pacote foi o primeiro a combinar substancial dinheiro novo com uma significativa redução da dívida, numa demonstração de que estas duas técnicas financeiras não se excluem mutuamente”.

Mulford só admitiu os 20% depois de muita pressão dos deputados da subcomissão da Câmara. “Os números deverão ser diferentes para cada país. E terão de levar em conta os programas de conversão de dívida.” Ele descreveu um cenário em que há muitos parceiros em jogo, diferentes depreciações de dívidas, variadas taxas de juros e muitos dados ainda desconhecidos: A fuga de capitais dos paí-

ses devedores será revertida? Qual será a resposta dos bancos ao Plano Brady? E a dos governos? Depois, ele ainda advertiu: A revelação de qualquer número pode aumentar ou deprimir expectativas. As primeiras definições surgirão em abril, durante a reunião semi-anual do FMI e Banco Mundial, em Washington.

Outro tabu no depoimento do subsecretário Mulford: o Japão. Os deputados quiseram saber quanto o governo japonês se dispõe a empatar no processo de redução da dívida, e com que ambições. A resposta foi tão evasiva que um deputado arriscou: 10 bilhões?

“Não posso dar números. Mas acho que deverá ser mais do que 10 bilhões”, respondeu Mulford. Os recursos japoneses entrarão “em base paralela”, sem que façam parte do capital do FMI e do Banco Mundial. O Japão não quer, em troca, nenhuma concessão especial. Apenas uma maior influência nas duas instituições multilaterais de crédito, dominadas pelos Estados Unidos e comunidade europeia.

O subsecretário Mulford rejeitou a idéia de criação de uma agência só para a compra da dívida, com deságio, como sugerem o Japão e a França, porque ela estimularia moratórias e uma maior depreciação das dívidas, no mercado secundário.

Numa introdução à revisão geral da dívida, encomendada pelo Congresso e pelo presidente Bush, o subsecretário Mulford destacou que a “função vital” do Banco Mundial é a de promover reformas econômicas nos países endividados, para “catalizar apoio financeiro adicional”. Ele explicou, depois, ao responder a pergunta de um deputado: “A redução da dívida não pode matar o dinheiro novo”.